



# O CONHECIMENTO DO PASSADO E A DETURPAÇÃO DA HISTÓRIA DO BRASIL

Francisco Ruas Santos

*Certos revisores atuais da nossa História vêm-se ocupando em deturpar fatos históricos, denegrir heróis nacionais e restaurar e enaltecer a imagem de figuras historicamente polêmicas.*

*Ruas Santos, autoridade no campo das Informações e emérito historiador, rebate, com argumentação simples e segura, sem emocionalismos ou paixões, embora algumas vezes com sutil ironia, a nova interpretação que se pretende dar a três fatos da nossa História.*

*A publicação deste trabalho tem o intuito de chamar a atenção para o fenômeno "substituição de valores", que vem sendo progressivamente estimulado em nossos dias.*

**E**ntendo por conhecimento a integração de informações.

Por informação – dentre os seus muitos conceitos válidos – adoto a noção de ser aquilo que nos leva a agir ou a pensar dessa ou daquela maneira, sempre passando a corrente do pensamento pelo filtro da auto-censura, pois, conforme se sabe, informação é também tudo o que é objeto da censura. Não a de segurança ou a policial, deixo claro.

Quando integro informações para conhecer uma dada situação, além de levar em conta essas premissas, tenho, muito mais do que elas, de me lembrar que a informação é um conjunto de segmentos multiimbricados e inter-reagentes, além de multifacetados.

Em outras palavras, informação é sinônimo de complexidade.

Daf o corolário imediato: para conhecer uma dada situação, atual ou não, tenho que dominar

os suportes em que estão registrados os elementos cognitivos, ou do conjunto informativo. Isto é, preciso apoiar-me em documentos idôneos ou fontes.

Qualquer aluno de História, do tempo em que esta era levada a sério, sabe de tudo isso, ainda que pense nessa matéria, em vez da moderna informação, a qual, além de ser-lhe equivalente, a ela ultrapassa.

Logo, por definição, nenhuma situação passada é *simples*.

O esforço para conhecê-la é, via de regra, enorme e envolve pesquisa séria, árdua, paciente e isenta. Por isso não se conforma com os nossos sentimentos, inclinações, simpatias ou antipatias — numa palavra, *paixões*.

Por motivos que não cabe aqui analisar, não é o que está ocorrendo nas últimas décadas, profundamente influenciadas pela Política, ou melhor, pela ambição da conquista do Poder.

Ora, sendo a pesquisa básica, ou o terreno do domínio das fontes do conhecimento uma atividade rigorosamente *científica*, daí ser qualificada de *pura*, é absolutamente incompatível com injunções estranhas, tal como a ambição ou o partidatismo políticos.

No plano da interpretação do passado, ou, mais propriamente, no campo da Filosofia da História, a política pode ser um dos ingredientes para se chegar a um tipo de conhecimento.

Aí, infelizmente para os espritos simplistas ou simplórios,

não existe apenas uma corrente filosófica ou de pensamento, e sim várias.

Para a filosofia marxista, a História interpretativa nada mais é do que o reflexo da luta de classes, vale dizer, História é Política.

Mas não nos esqueçamos de que Marx, numa intuição genial, dizia ser a História a única e verdadeira Ciência.

E Ciência, ou Informação, só é digna desses nomes se não ferir a Verdade que informa os dois termos.

Obcecados pela ambição política, fazendo lavagem cerebral preparatória do assalto ao poder ou como "inocentes úteis", violam muitíssimos professores e autores de História do Brasil postulados científicos que Marx, como cientista, não ousaria contrariar.

Passo a alguns exemplos demonstrativos.

O primeiro deles está na assertiva de que foram os norte-americanos que torpedearam navios brasileiros a fim de que o Brasil entrasse na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados.

Antes de mais, já está suficientemente provado, sobretudo com documentos alemães, que foram submarinos do Eixo que o fizeram.

Se isso não bastar para os são-tomés da vida, ou mesmo que não existissem tais provas, devemos considerar que o Brasil, ao ceder aos Estados Unidos, aí por volta de 1941, o uso

de áreas do Norte e do Nordeste para emprego como bases aéreas e navais, *entrava praticamente na guerra mundial* ao lado dos Aliados.

O Alto Comando alemão seria muito idiota se fosse agora respeitar uma neutralidade nossa, assim já revogada.

Em 1942, a batalha do Atlântico estava no auge. Tanto os Aliados como as potências do Eixo precisavam ganhá-la.

Militarmente, aquelas bases se inseriam nessa batalha, assim como o transporte de tropas para guarnecê-las. É bem o caso do *Baependi* que, além de uns 300 tripulantes e passageiros, conduzia o 1º Grupo de Artilharia de Dorso para o Nordeste e foi torpedeado pelos alemães na altura da foz do Rio Real, Sergipe, escapando apenas 17 pessoas das quatro centenas transportadas.

Admitindo que os que fazem afirmações em contrário o façam de boa fé, por que continuar no mesmo rumo de pensamento, depois do conhecimento irretorquível propiciado pelos documentos?

O segundo exemplo está representado nos seguintes termos de carta do sr. Fernando E. Amado Tersi, de Franca, SP, inserta na edição de 25 de dezembro de 1986, da *Folha de São Paulo*, sob o título "História do Brasil":

*A guerra do Paraguai constituiu-se num motivo de vergonha nacional por tratar-se de*

*destruição injusta de um país, à época autônomo, cujo padrão médio de vida superava o de qualquer outro país latino-americano. Foi uma guerra de interesses imperialistas ingleses.*

Seria alongar muito estas linhas tratar das causas mediatas e imediatas da guerra do Paraguai. Para o Brasil, a causa mais imediata foi principalmente a invasão do sul de Mato Grosso e do Rio Grande do Sul por forças terrestres e navais de Francisco Solano Lopez. Quem se der o trabalho de se transportar mentalmente ou em fontes idôneas para aqueles dias dramáticos, em qualquer ponto do território brasileiro em que se soube desses atos de violência, verificará que, pelo menos nessa fase, *a guerra do Paraguai foi realmente popular para o Brasil, ocorrendo a juventude em massa para formar batalhões de voluntários que iriam reforçar a nossa então insignificante força terrestre em armas, o Exército de 1ª linha, várias vezes inferior ao exército paraguaio já mobilizado pelo ditador Lopez, senhor absoluto de corpos e mentes dos seus compatriotas.*

Quando esse ditador entrou na aventura dessa invasão, a que se juntou a do território argentino, devia saber que *guerra é também sinônimo de destruição de corpos e mentes, ou, se quiserem, genocídio.*

Guerra, diria até o conselheiro Acácio, é um ato de violência que deve, segundo Clausewitz, ser máxima para que dure o menos possível.

Aos nossos olhos, tem de ser extirpada, sob pena da destruição da Humanidade ou da vida sobre a Terra.

Mas, ocorrendo, hoje ou no passado, é destruição ou genocídio. Veja-se Hiroshima e Nagasaki, e o caso do Líbano de hoje.

Assim, face ao que ocorreu em 1864-1865 em Mato Grosso e no Rio Grande do Sul, e nas cidades e vilas brasileiras chocadas com os atos paraguaios de violência, a assertiva de ter sido a guerra do Paraguai "motivo de vergonha nacional" para o Brasil não subsiste porque, ao contrário, foi motivo de orgulho.

Quanto à outra assertiva de ter sido esse conflito "uma guerra de interesses imperialistas ingleses", já fica praticamente destruída.

O terceiro exemplo diz respeito à vida de Domingos Fernandes Calabar, objeto de um dos "textos mais polêmicos na história brasileira", segundo Aimée Louchard (*O Globo*, 27 de outubro de 1986), lido, durante certo tempo, no Teatro Carlos Gomes.

Isso nos anima a focalizar a vida de Calabar dentro do contexto histórico em que se desenvolveu, segundo três níveis totalizantes: o pernambucano, o brasileiro e o mundial, quer no que se refere à Espanha/Portu-

gal, quer no que é pertinente às Províncias Unidas, hoje conhecidas como Holanda.

Assim fazendo, vacinamos contra a "doença infantil", muito generalizada, que leva os desprevenidos ou mal-informados a ver o passado como se este estivesse ocorrendo com elementos do presente — como dizia um historiador patricio há tempos, imaginar D. João VI como se fosse Getúlio Vargas despachando no Palácio do Catete. Ainda que dialeticamente sejamos incitados a rever o passado à luz do que está acontecendo no presente, não podemos, em absoluto, falsear, distorcer ou entrever mal o que se passou.

Isso posto, quem era Calabar e qual o conjunto ou nível totalizante em que vivia?

Negro, mulato ou mameluco, era um sertanista experimentado, que em 1627 participara da entrada de Belchior Dias à busca de minas de prata. E conhecia muito bem pelo menos o litoral e a faixa costeira de Pernambuco, até sua parte meridional alagoana (Alagoas, lembramos, estava então incluída em Pernambuco). Aí predominava o complexo muito conhecido da "casa-grande & senzala", em relação ao qual temos de apreciar a posição de Calabar. Se não era escravo ou senhor de engenho, ficava em posição intermediária, restrita, dos que livremente gravitavam na zona rural ou em núcleos urbanos, segundo interesses relacionados

com a estrutura econômica predominante. Por exemplo, os criadores de gado, no interior pernambucano, forneciam aos engenhos os animais de que necessitavam como força de trabalho (engenho de roda) ou alimentação.

O que importa: Calabar era relativamente livre ou, como força de expressão, integrante da "classe média".

O conceito de pátria então é o de terra de nascimento. Mais amplo é o de nação. Assim, por exemplo, negros livres que formavam o grupo sob a liderança de Henrique Dias têm como pátria Pernambuco e pertencem à nação ou às nações angolanas, como este mesmo o disse.

Ampliando mais esse conjunto totalizante, temos os portugueses e índios. Os primeiros, nascidos aqui ou em Portugal, têm Portugal como sua nação, ligada à espanhola, na pessoa do mesmo rei, desde 1580. O rei, cabeça do Estado, simbolizava-o e à Nação. "O Estado sou eu", diria anos mais tarde, e significativamente, o célebre Luís XIV, rei de França.

Portanto, os portugueses do Brasil, às vezes pejorativamente denominados, em Portugal, "brasileiros", julgavam-se leais súditos de Felipe III e de Felipe IV, reis da Espanha e de Portugal. O que é preciso ficar bem claro é que a hoje vigente noção pura de brasileiro não existe nesse contexto e só se caracterizaria com a Independência quase dois séculos depois. Tan-

to assim que, por volta de 1822, muitos, no Brasil e em Portugal, imaginavam poder subsistirem os dois Estados sob uma só coroa, ou uma forma de comunidade luso-brasileira. E muitas pessoas de prol, civis e militares, nascidas em Portugal, continuaram a prestar serviços ao Brasil independente, sem embargo da reação que, durante a Regência, se fez sentir contra a predominância econômica de portugueses propriamente ditos. Como se vê, o caso brasileiro é singular na história da independência das antigas colônias lusitanas, espanholas e inglesas.

Passando ao contexto europeu/mundial, temos que a Espanha e Portugal haviam, desde fins do século XV, constituído um vasto império abrangendo a América, a África e a Ásia Meridional e grandes áreas do Pacífico, como as atuais Filipinas. Na Europa, os domínios reais compreendiam a península ibérica e importantes áreas na Itália e nas atuais Holanda/Bélgica em particular. Ocorria, desde 1618, a guerra denominada dos Trinta Anos, que incendiava parte da Europa. Nessa guerra, lutavam forças da facção espanhola com as do que se opunham ao domínio espanhol. A Reforma religiosa deflagrada, no século XVI, por Lutero e Calvino entrava nesse contexto bélico, podendo ser dito, ainda que de modo simplificado, que era o confronto dos fiéis ao Papa, os "papistas", e os reformados, ou "hereges", no dizer dos primeiros.

Aspirando por sua independência da Espanha, contra esta haviam se rebelado sete províncias dos Países Baixos, constituindo um Estado sob a denominação Províncias Unidas (vulgarmente referidas pelo nome de uma delas, a Holanda).

Do ponto de vista econômico-marítimo-comercial, o império luso-espanhol dominava as principais riquezas de então, especialmente o açúcar, do Brasil em particular, e minerais, como a prata do Peru, sem contar as mercadorias tradicionais do Oriente.

É nesse contexto que se insere, em 1602, a Companhia das Índias Orientais, formada nas Províncias Unidas para disputar o predomínio econômico luso-espanhol no Oriente.

Seguindo-lhe o exemplo, surge, nas Províncias Unidas, em 1621, a Companhia das Índias Ocidentais, para realizar o projeto de disputar ao império luso-espanhol o comércio com a África Ocidental e a América. Em 1608, segundo Usselinx, idealizador dessa empresa, objetivava-se com ela a troca de mercadorias das Províncias Unidas por produtos americanos, através de estabelecimentos coloniais fundados na América. Isso poderia proporcionar àquelas províncias, de modo indireto embora, o ouro e a prata que tanto ambicionavam e invejavam do império luso-espanhol.

Terminada a trégua na luta entre Espanha e suas províncias rebeladas, o projeto de Usselinx

se concretizou em 1621, quando o governo das Províncias Unidas outorgou o Privilégio da Companhia das Índias Ocidentais, constituída pelos "cidadãos mais opulentos e infensos à Espanha", em grande parte judeus, empresa que se propunha tentar, no hemisfério ocidental, a "sorte da guerra e do comércio". Portanto, usando expressão popular de um personagem humorístico da televisão, um *imperialismo contra o outro*, num contexto eminentemente mercantilista e guerreiro.

Depois do insucesso da Companhia das Índias Ocidentais, ocorreu na Bahia, em 1624-1625, o grande feito de seu agente, o notável Almirante Heyn, ao conseguir apossar-se da frota de prata espanhola no Caribe, proeza que não mais se repetiria, mas que revigorou as finanças da Companhia, permitindo-lhe tentar novamente a sorte no Brasil, agora em Pernambuco.

Estabelecida aí a cabeça-de-praia dos invasores na área Recife-Olinda, a resistência, liderada por Matias de Albuquerque, centralizou-se no Arraial do Bom Jesus, impedindo a expansão do domínio holandês.

É então que Calabar vai destacar-se, ao passar do lado luso-espanhol para o holandês. Ou, usando ainda a mesma expressão popular, trocou um imperialismo por outro.

Diz-se que sua deserção foi motivada por crimes que praticara.

Seja por isso ou porque tenha escolhido o *outro imperialismo*, a verdade é que trocou um imperialismo por outro, não melhor, como veremos. Em outras palavras, deixou de atuar num contexto imperialista para facilitar, como facilitou, a expansão de outro contexto imperialista, em termos conceituais de validade permanente.

Há quem veja nessa atitude de Calabar a preferência por um regime colonial melhor, simbolizado pela Companhia da Índias Ocidentais, como vimos, no dizer de seu idealizador, *mercantilista e guerreira*.

É uma liberdade que não se lhe pode negar.

Mas se Calabar tivesse sobrevivido até 1945, haveria certamente de convir que, escolhendo assim, fizera a pior escolha, pois o império integrado pelas colônias ibéricas esfacelou-se nas primeiras décadas do século XIX; enquanto o holandês só acabou um século depois, deixando resquícios horríveis no Suriname e nas Índias Orientais, de onde, por sinal, os holandeses foram praticamente expulsos após a última guerra mundial. Sem falar nos resquícios ainda presentes na África do Sul com o seu reprovável *apartheid*...

Eis por que podemos figurativamente entrever um "Calabar arrependido", se é que ele era o grande caráter com que mitólogos da História o revestem.

Mas o que mais importa nesses contextos totalizantes é

que fazer o "elogio da traição", como se denomina o texto de um espetáculo musical que não chegou a ser montado é, no mínimo, trabalhar com um mito, e não com a verdade histórica.

Calabar pertencia, ao ser aprisionado, julgado e executado, a um dos lados da guerra dos Trinta Anos no Brasil, oposto àquele que era fiel ao rei, ao Papa e à terra pernambucana, então invadida e saqueada. Tal como hoje procedem Estados Unidos e União Soviética com seus traidores...

No amplo contexto do novo humanismo, cuja geração devemos favorecer, de paz e concórdia universais, sem imperialismos de qualquer tipo, esse "elogio da traição" é antes um desserviço. E mais chocante quando o Brasil propõe, e a ONU quase unanimemente aprovou, que nesta parte do hemisfério sul não haja guerra nuclear.

Descendo agora ao contexto brasileiro, recorremos ao grande alagoano Jorge de Lima, para que por nós se expresse:

*Se tu vencesse, Calabar!  
Se em vez de portugueses -  
- holandeses!  
Ai de nós!  
Ai de nós sem as coisas deliciosas  
que em nós moram:  
redes, rezas, novenas,  
procissões - e essa tristeza, Calabar  
e essa alegria danada, que se sente  
subindo, balançando, a alma da gente,  
Calabar, tu não sentiste  
essa alegria gostosa de ser triste!*

(Dicionário Universal Nova Fronteira de Citações, Paulo Rónai, 1985, p. 130)



*Cel Inf R/1 FRANCISCO RUAS SANTOS – É possuidor de todos os cursos do Exército, além do Curso Avançado de Infantaria, realizado em Fort Benning, EUA, e da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro. Presidiu a Comissão de História do Exército Brasileiro, do Estado-Maior do Exército, responsável pela edição Histórica do Exército Brasileiro (1972). Nessa função, idealizou o Centro de Documentação do Exército em 1973. Fundou e dirige o Centro de Informações Culturais, do Rio de Janeiro. Desde 1974 dedica-se ao estudo dos sistemas de informações, tendo publicado o Thesaurus do Sistema de Informações de Transportes (1976-1977) e Informação e Indexação.*

**TRANQUILIDADE**

**É O QUE VOCÊ  
CONQUISTA QUANDO  
SE ASSOCIA AO GBOEX.**



**GRÊMIO  
BENEFICENTE**